



ESTADO DE MINAS GERAIS
Advocacia – Geral do Estado
Procuradoria da FEAM

FEAM	
Protocolo nº	167320/2011
Divisão	220 16/03/11
Mat.	Visto

FUNDAC 86
MEIO AMBIENTE

Processo nº: 1855/2003/009/2008

Assunto: Auto de Infração nº F654/2007, lavrado contra Usina Itapagipe Açúcar e Alcool Ltda., infração gravíssima, porte grande.

PARECER JURÍDICO

1) RELATÓRIO

1 – O empreendimento Usina Itapagipe Açúcar e Alcool Ltda. foi autuado como incurso no artigo 87, IX, do Decreto nº 44309/2006, pela seguinte irregularidade:

"Causar produção ou degradação ambiental, pelo transbordamento da mistura vinhaça e águas residuárias do canal mestre que atingiu o córrego Água Amarela no dia 14/08/2007, provocando a mortandade de peixes neste corpo d'água, conforme Boletim de Ocorrência nº 71583/2007 da Polícia Militar, admitida pelo representante da Usina Itapagipe, conforme a síntese de Reunião nº 7847/2007, de 17/09/2007."

Foi imposta a penalidade de multa simples, no valor de R\$ 100.001,00 (cem mil e um reais).

2 - O processo administrativo encontra-se devidamente formalizado. O autuado foi notificado da lavratura do AI nº 654/2007 por meio do Ofício GEDIN nº 403/2007. Contudo, o Aviso de Recebimento relativo ao encaminhamento do Ofício retro não retornou dos correios (fls. 82), de forma que a defesa protocolada em 06/12/2007 deverá ser considerada tempestiva.

3 – Portanto, passemos à análise da defesa apresentada, na qual alegou, em síntese, o autuado:

- o AI não fez menção à gravidade do fato nem mencionou qualquer antecedente do autuado, sua situação econômica ou as medidas adotadas para a correção dos propalados danos;
- não houve citação da Lei Estadual nº 7772/80 ou de qualquer um de seus dispositivos que tivesse sido infringido, não teriam sido explicitados os dispositivos legais violados, de modo que restaria nulo o AI, por vício de motivação;
- nenhum prejuízo ou dano relevante teria sido constatado, apenas a morte de alguns peixes relatada no Boletim de Ocorrência;

- o autuado não teve dolo ou culpa pela mortandade dos peixes, uma vez que o vazamento decorreu de ato a ela não imputável: a responsável pela distribuição da vinhaça seria a Usina Moema Açúcar e Alcool;
- o que ocorreu é que a bomba deixou de funcionar, em razão de defeito, conquanto tenha sido adquirida recentemente e tenha ocorrido revisões constantes antes do evento;
- em decorrência da quebra da bomba, a vinhaça se acumulou nos canais e nas curvas de nível, tendo transbordado, escorrendo até o córrego, situação que foi controlada pela autuada logo que possível;
- a autuada adotou medidas para corrigir e prevenir os danos, como, por exemplo, a construção de um tanque para armazenar vinhaça, emitida instrução de trabalho para procedimentos do bombeamento da vinhaça e água de lavagem de cana, além de efetivar o reforço e aumento da altura e profundidade das curvas de nível e o aumento do número dessas curvas;
- o fato da mortandade equipararia-se ao caso fortuito, inexistindo responsabilidade;
- a multa teria violado os princípios de razoabilidade e proporcionalidade e sobre o valor deveriam ter incidido todas as atenuantes do artigo 69, I, do Decreto nº 44309/2006;
- deveria o fato ter sido considerado como infração leve, implicando em advertência.

Requeru seja acolhida a defesa e reconhecido o vício de motivação do AI e declarada sua nulidade ou seja, que se reconheça a ausência de responsabilidade da autuada, tornando sem efeito o auto de infração e cancelada a multa aplicada ou, sucessivamente, se converta o julgamento em diligência para que se realizem provas. Caso não seja acolhido o pedido anterior, seja revista a multa aplicada, aplicando-se as atenuantes cabíveis.

4 – Do ponto de vista jurídico, não foram apresentados motivos para descaracterizar o Auto de Infração. Senão vejamos.

De início, cumpre notarmos que o Auto de Infração nº 654/2007 foi lavrado com estrita observância do disposto no artigo 32, do Decreto nº 44309/2006.

Sustenta o autuado que do AI não constariam as consequências e extensão do evento danoso, nem haveria menção à situação econômica do autuado ou às medidas por ele adotadas para a correção dos danos. Tampouco citação da Lei Estadual nº 7772/1980, de forma que restaria nulo o AI, por vício de motivação.

Todavia, como acima esclarecido, o Auto de Infração nº 654/2007 atendeu a todos os **requisitos de validade do auto** previstos no artigo 32, do Decreto nº 44309/2006, diploma que regulou a Lei nº 7772/80. Se do Auto de Infração não constam as circunstâncias atenuantes previstas no artigo 69, I, do Decreto nº 44309/2006 é porque não foram constataadas pelo agente autuante quando da



fiscalização que originou o Auto de Fiscalização nº 2975/2007 nem quando da lavratura do AI nº 654/2007 e, nesta oportunidade, não é possível que se conclua pela pertinência da incidência das atenuantes, ante a ausência de comprovação dos fatos que a autorizariam.

Quanto à alegação do autuado de que não teria sido citada no Auto de Infração em apreço a Lei nº 7772/1980, outrossim, não merece ser acolhida, haja vista que foi relatado que o Decreto nº 44309/2006 regulamenta a lei em referência, no campo "Demais observações".

Argumenta o autuado que não teria havido dano considerável, mas somente a mortandade de alguns peixes, e que o vazamento seria imputável à empresa responsável pela distribuição da vinhaça, Usina Moema Açúcar e Alcool. É fato incontestável, no entanto, a morte de peixes, atestada pelo Boletim de Ocorrência nº 71583/2007, segundo o qual *"a água do referido Córrego (da Água Amarela) encontrava-se bastante escura e havia alguns espécimes "bagre e lambari" mortos. ... havia ocorrido o entupimento de uma bomba que jorrava o garapão/vinhaça, fazendo a distribuição, no sistema de irrigação. E, em virtude do entupimento, rompeu as tubulações e o volume do garapão/vinhaça transbordou sobre as curvas de nível e atingiu o manancial. Mediante as informações e pelos rastreamentos que fizemos no local, verificamos que o dano ambiental ocorreu em decorrência de falha no sistema operacional da empresa."*

Ademais, a própria autuada reconhece que ocorreu o dano, *in verbis*, quando alega que *"sem que pudesse ser previsto pela autuada, a bomba deixou de funcionar, em razão de um defeito... Em decorrência da imprevisível quebra da bomba, a vinhaça acumulou nos canais e nas curvas de nível, tendo transbordado, escorrendo até o córrego, situação essa que foi controlada pela autuada tão logo se fez possível, sendo essa a provável razão pela qual morreram apenas poucos peixes..."*.

Inegável, portanto, a existência do dano e a caracterização da infração tipificada no artigo 87, IX, do Decreto nº 44.309/2006, ante o transbordamento da vinhaça e águas residuárias do canal mestre e o atingimento do Córrego Água Amarela.

Quanto à afirmação do autuado de que a responsabilidade pela distribuição da vinhaça seria de outra empresa e que, portanto, o vazamento seria decorrente de ato não imputável ao autuado, não restou comprovado nos autos, bem como a ocorrência de caso fortuito ou força maior, capazes de elidir o cometimento da infração.

Quanto à alegação do autuado de que o valor da multa imposta violaria os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, não será acolhida, haja vista que o valor da multa simples para o empreendimento de grande porte pela infração gravíssima é, na forma do artigo 61, II, "d", do Decreto nº 44309/2006, de R\$100.001,00 (cem mil e um reais) e tal valor ainda será atingido pela redução do artigo 96, do Decreto nº 44844/2008, consoante abaixo esclarecido.

No que respeita à alegação de que seria cabível a advertência, outrossim, não procede, uma vez que tal penalidade só é cabível para as infrações leves, consoante artigos 16, §2º, da Lei nº 7772/1980 e 59, do Decreto nº 44309/2006.

Finalmente, cumpre notarmos que o valor da multa cominada à infração cometida pelo autuado deverá ser reduzido nos termos do Anexo I, do Decreto nº 44844/2008, aplicável retroativamente, haja vista o disposto no artigo 96, por ser mais benéfico ao autuado:

"Art. 96 – As alterações dos valores das multas promovidas por este Decreto implicam a incidência das normas pertinentes, quando mais benéficas ao infrator e desde que não tenha havido decisão definitiva na esfera administrativa."

Nos termos do referido Anexo, será reduzido o valor da multa para R\$ 50.001,00 (cinquenta mil e um reais), pelo cometimento da infração gravíssima, prevista no artigo 87, IX, do Decreto nº 44309/2006, por empreendimento de grande porte.

II) CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, remetemos os autos ao Presidente da FEAM e sugerimos que seja mantida a penalidade de multa no valor de R\$50.001,00 (cinquenta mil e um reais), com fulcro nos artigos 87, IX, do Decreto nº 44309/2006 e 96 e Anexo I, do Decreto nº 44844/2008 (infração grave, empreendimento de grande porte).

É o parecer.

À consideração superior.

Belo Horizonte, 16 de março de 2011.



Rosanilda da Lapa Gonçalves Arruda
Analista Ambiental

OAB/MG 80357 - MASP 1059325-9